

PODE-SE FALAR DE UMA TEORIA DO CONHECIMENTO EM HEGEL?

Pedro Geraldo Aparecido Novelli¹

Resumo

Embora não exista na obra de Hegel um tratado específico sobre o conhecimento é inegável que o tema é contemplado em seu pensamento. O que é conhecer é respondido por Hegel como o que resulta da relação estabelecida entre o sujeito e o objeto. Esse aspecto não representa nenhuma novidade se comparado com outras abordagens. O que é singular em Hegel é a afirmação da constituição tanto do sujeito quanto do objeto um pelo outro. Assim, o sujeito conhece e se conhece conhecendo o objeto e o objeto, por sua vez, segue o mesmo caminho. Além disso, deve-se notar que na língua alemã há dois termos para objeto, ou seja, Objekt (alvo ou objetivo) e Gegenstand (as coisas, os objetos). O como conhecer é enfatizado por Hegel pela perspectiva do processo dinâmico de identificação e diferenciação entre o sujeito e o objeto. O para quê conhecer remete em Hegel à idéia do bem, pois o que é feito, obedece o que é desejado. Em sua “Ciência da Lógica” Hegel dedica uma seção especial à vida e é aí que o conhecer tem seu lugar por excelência, pois é atividade real intencionada que um sujeito determinado põe e pela qual ele mesmo se põe.

PALAVRAS-CHAVE: liberdade, destino, indeterminação

Introdução

Hegel não se propôs a escrever um tratado sobre o conhecimento propriamente dito, mas não desconsiderou tal questão. A própria “Fenomenologia do Espírito” é frequentemente citada como expressão de um tratamento cuidadoso de Hegel sobre o processo do conhecer da consciência. Nesse texto, a indagação kantiana sobre o que ‘é’ conhecer, é interpelada por Hegel sobre o conhecer já presente no ‘é’ do questionamento kantiano. Assim, perguntar-se sobre o que conhecer já pressupõe uma compreensão do próprio conhecer. Mesmo assim não se delimita aí com facilidade e, em sentido estrito-, o conhecimento teorizado numa única obra do pensador alemão. Isso se deve ao fato de que a idéia de sistema filosófico em Hegel indica que nenhuma questão pode nem deve ser tomada isoladamente. Por isso, a perspectiva da totalidade é que deve ser assumida como referência. A implicação disso é que, embora se possa determinar na obra hegeliana e num dado texto este ou aquele tema, não se pode também pretender tê-lo enclausurado aí. O texto da “Enciclopédia das Ciências Filosóficas” exemplifica, muito bem, a preocupação hegeliana com a interdependência dos saberes e dos espaços da atividade humana. Lógica, natureza e espírito são entrelaçados numa rede de interação que se constrói a partir de cada um dos elementos. Estes são dialeticamente suprasumidos um no outro, de modo que não é possível compreender um sem o outro ou em

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Unesp – Campus de Botucatu/SP

detrimento do outro. Nesse sentido deve-se atentar para o texto que teria colocado Hegel no cenário filosófico de sua época, ou seja, “A diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e Schelling” no qual os conceitos de sujeito e objeto são abordados de forma inovadora. A “Fenomenologia do Espírito” situa o fazer e o desfazer na consciência no ‘processo’ de sua realização. “Os Princípios da Filosofia do Direito” remetem, dentre outras, à idéia de que preferências históricas determinam o fazer que jamais é casual.

A partir da tríade acima apresentada procura-se, nesse artigo, investigar a posição hegeliana sobre o conhecer indo da sua possibilidade, condições, limites até seu significado e implicações. O texto condutor das considerações enumeradas acima é a “Ciência da Lógica” pelo qual o conhecer é posto como momento da vida e baliza o conceito de bem.

Finalmente, cabe atentar para o significado de uma teoria segundo Hegel, pois não se trata de uma dissociação do real nem de um tratamento intelectualístico deste. Não há em Hegel teoria que não seja, ao mesmo tempo, efetivação da prática nem prática que não traduza a teorização. A questão que talvez deva permanecer não é mais a de uma teoria do conhecimento em Hegel, mas o que isso possa significar.

Pressupostos do Conhecer

Hegel está inserido na tradição filosófica que o caracteriza como idealista, isto é, como quem aponta a primazia do sujeito sobre o objeto cuja existência e, também se deve dizer, essência, dependeria da atividade do sujeito. Conforme Inwood (1977, p. 165),

“Em termos gerais, o idealismo (Idealismus) é a doutrina segundo a qual as idéias ou o ideal são, ontológica e /ou epistemologicamente, anteriores às coisas ou ao real. Mas o idealismo varia de acordo com (entre outras coisas) os sentidos atribuídos a ‘idéia’ e ‘ideal’, e com o tipo de prioridade que lhes é prescrito.”

No entanto, Hegel não pode ser identificado tranqüilamente com as posturas idealistas. Não se pode esquecer que Hegel é um idealista dialético e, enquanto tal, não desconsidera nem descarta o realismo. Esse é um aspecto significativo para compreender a dissociação de Hegel em relação às posturas idealistas de sua época. O melhor exemplo disso encontra-se em sua análise da posição kantiana. Segundo Kant, cujo idealismo é denominado crítico ou transcendental, o sujeito não tem acesso ao objeto, pois este aparece como idéias para o sujeito e a aparência (Erscheinung) não é o objeto. Assim, o objeto, em si, permanece inacessível ao sujeito. Em Kant conceito e material sensorial ou a coisa-em-si e o fenômeno são postos em oposição um em relação ao outro. O idealismo kantiano é, portanto, necessariamente dualista. Desse modo, o sujeito deve atentar sobre como ele compreende o

objeto e como ele pode garantir que tal compreensão seja confiável ou verdadeira. Tudo isso significa que o objeto é resultado da construção do sujeito. Obviamente, para Kant, o mundo das coisas não é uma ficção, mas o que dele sabemos é o resultado da ação sobre nossos sentidos e as formas de nosso entendimento (categorias). Hegel reconhece o mérito de Kant em ter salientado o papel do sujeito e em tê-lo colocado no lugar que lhe cabe e que somente poderia ser ocupado pelo sujeito. Por outro lado, Hegel entende que Kant não levou sua crítica às últimas conseqüências, pois se o sujeito determina o ser do objeto, então o objeto não pode escapar à sua ação. O objeto não pode representar um limite intransponível para o sujeito, pois se assim o for o sujeito não alcançará mais do que a particularidade da realidade e do conhecimento. Para Kant, o sujeito, de fato, não pode pretender abarcar o objeto absolutamente. Daí, o contínuo progresso e avanço do conhecer. O sujeito não pode pretender mais do que se aproximar o máximo possível do objeto ou jamais ser um com o objeto em si. *“Objeto, porém, é aquilo em cujo conceito é reunido o múltiplo de uma intuição dada.”* (Kant. 1987, B. 137) Assim, em Kant, o objeto não é senão uma construção do sujeito ou o resultado do que o sujeito projeta sobre ele. O que se pensa sobre o objeto, segundo Kant, não é o próprio objeto, mas tão somente o que é pensado sobre o objeto, posto que se trata também de uma construção do sujeito em relação ao objeto. Essa não é a perspectiva hegeliana. Para Hegel, o sujeito deve pretender o conhecimento absoluto do objeto (Objekt)² já que tudo se resume ao sujeito e à sua ação. A idéia de objeto (Objekt) remete necessariamente ao seu correlato que, no caso, é o sujeito (Subjekt). O sujeito, por sua vez, conforme a *“Fenomenologia do Espírito”* no exame das formas de consciência, apreende o objeto segundo sua forma predominante. Sujeito e objeto são estruturas interdependentes e complexas. O sujeito envolve o conceito, o juízo e a inferência das quais, então, o objeto participa pela sua correlação. Assim, escreve Hegel em sua *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*,

“Que o objeto seja também ob-jecto e externo a um outro, isto determinar-se-á depois, enquanto ele se põe em antítese ao subjectivo; mas aqui, onde ele se considera como aquilo para que o conceito passou a partir da sua mudança, é só objecto imediato, ingênuo, do mesmo modo que o conceito só na oposição ulterior é determinado como o subjectivo.” (Hegel. 1968, § 193)

Além disso, Hegel critica Kant porque a posição deste pressupõe um objeto estático enquanto que, para Hegel, o caráter dinâmico do objeto deve ser considerado. Assim como cada nova forma da consciência compreende o objeto segundo suas características e

² Hegel empregou dois termos para objeto: Objekt referindo-se às coisas reais e Gegenstand para o resultado da ação construtiva do sujeito. Ver Inwood 1977, p. 240.

possibilidades, de igual modo o objeto se ‘dá’, aparece (erschein) ao sujeito. O objeto não escapa ao sujeito por ser inacessível, mas por estar marcado pelo processo de vir a ser em seu existir. Se o objeto for entendido como algo que está sempre vindo a ser, então somente um sujeito que também se caracteriza pelo vir a ser pode alcançar o objeto. Ora, afirmar que tanto sujeito quanto objeto estão vindo a ser implica em afirmar o processo singular e distintivo de ambos. Nas palavras de Hegel,

“Assim como a objectividade se comparou com o ser, a existência e as realidade efectiva (pois o ser é o primeiro imediato, totalmente abstrato) se deve comparar com a passagem à objectividade. O fundamento, a partir do qual brota existência, a relação reflexiva, que se suprime na realidade efectiva, nada mais são do que o conceito posto ainda incompletamente, ou são apenas lados seus abstratos – o fundamento é a sua unidade só essencial, a relação é apenas a conexão dos lados reais, que só em si devem ser reflexos; - o conceito é a unidade dos dois e o objecto é unidade não só essencial, mas universal em si, contendo em si não só diferenças reais, mas as mesmas como totalidade.” (Hegel. 1988, § 193)

Sujeito e objeto estão sempre passando do estado no qual são o que são para o que poderão vir a ser. A passagem tem como exigência para sua realização (Verwirklichung) a negação (Verneinung) ou o abandono da situação vigente. Se sujeito e objeto não se negam, ou seja, se não deixam a posição na qual se encontram, então não podem se efetivar, isto é, se realizar. Na “Ciência da Lógica” Hegel indica que o objeto em suas derivações (objektiv e Objektivität) apresenta-se como oposição ao conceito independente, isto é, ao ‘Eu’, que, enquanto tal, precisa superar e romper seu estado de imediatez. O ‘Eu’, tido como conceito independente equivale-se ao objeto (das Objekt) tido como existente por si mesmo. Tanto o ‘Eu’ quanto o objeto aqui são excludentes um em relação ao outro. O que Hegel tem como intenção é a superação desse isolamento que configura o conhecimento como aparência, não permite conhecer o objeto (das Objekt) em si. Somente no conceito (Begriff) a interioridade do sujeito (Subjekt) e a exterioridade do objeto (Objekt) serão superadas. Por isso, não é suficiente a relação entre o sujeito e o objeto, mas sim a relação entre sujeito que é objeto e objeto que é sujeito. Importa, portanto, a superação de toda dicotomia como bem afirma Hegel ao dizer que, *“Mediante a negação da exterioridade e da imediatez, onde o conceito estava imerso como objecto, ele é posto livremente e para si contra a exterioridade e imediatez – como fim.”* (Hegel. 1988, § 203)

Hegel assume, como Kant, a existência do objeto o que significa, na filosofia hegeliana, que ele é real e, como tal, pode ser alcançado. Assim, o que esta fora do sujeito ainda permanece no sujeito e, tanto o pensar quanto o ser se realizam pela relação que se estabelece entre eles. Desse modo afirma Hegel que, *“A realização do conceito, em que o universal é*

a única totalidade a si regressada e cujas diferenças são igualmente esta totalidade e que, pela eliminação da mediação, se determinou como unidade imediata – é o objecto.” (Hegel. 1988, § 193).

Contudo, o que aproxima Hegel de Kant é também o que o distancia dele. Ambos condicionam o ser do objeto ao ser do sujeito, mas enquanto Kant enfatiza a aparência como o máximo que o sujeito pode conhecer do objeto, sendo que a aparência não é o objeto, Hegel insiste na afirmação de que aparecer é ser. Além disso, segundo Hegel, o objeto não escapa à ação do sujeito, que é o que Kant por primeiro indicou, mas que, de acordo com a avaliação hegeliana, não levou às últimas conseqüências. Ou, nas palavras de Hegel, a realidade é sempre e necessariamente subjetiva e a consciência do sujeito é também a consciência do mundo.

“Com efeito, a consciência, por um lado, é consciência do objeto; por outro, consciência de si mesma: é consciência do que é verdadeiro para ela, e consciência de seu saber de verdade. Enquanto ambos são para a consciência, ela mesma é sua comparação: é para ela mesma que seu saber do objeto, corresponde ou não a esse objeto.” (Hegel. 2005, p. 79)

E, o que é mais radical ainda, em Hegel, é o condicionamento do ser do sujeito ao ser do objeto. O objeto (das Objekt) não é simplesmente uma projeção do sujeito, mas uma realidade em si que o sujeito alcança na medida em que também é um em si que se reconhece e se determina no para si de seu outro, isto é, o objeto. A consciência se torna um em si na medida em que se abre ao seu outro que ela apreendera como ela mesma.

“A consciência, ao abrir caminho rumo à sua verdadeira existência, vai atingir um ponto onde se despojará de sua aparência: a de estar presa a algo estranho, que é só para ela, e que é como que um outro. Aqui a aparência se torna igual à essência, de modo que sua exposição coincide exatamente com esse ponto da ciência autêntica do espírito. E, finalmente, ao apreender sua verdadeira essência, a consciência mesma designará a natureza do próprio saber absoluto.” (Hegel. 2005, p. 82)

A qualificação atribuída a Hegel de idealista absoluto merece aqui ser posta em questionamento. A última palavra pertence necessariamente ao sujeito, mas o objeto não é mera aparência que não mereça status de confiabilidade. O aspecto distintivo do idealismo hegeliano reside em sua metodologia, isto é, na dialética e como Hegel a compreende. Mais do que atentar para o método hegeliano, cabe não perder de vista a razão de ser do método, ou seja, o seu objeto (Gegenstand, mas também Objekt).(Hartmann. 1931). É o método que resulta do objeto e não o objeto que advém do método. No entanto, o método se apresenta como o caminho (Weg) adequado para que o objeto se manifeste. Nesse sentido, o método se confunde com o objeto, pois é pelo método que o objeto se revela. O objeto do método é o Espírito (der Geist) no qual a totalidade pode ser não somente pensada, mas também efetivada. É unicamente no espírito que toda contradição é superada e todo limite deixa de ser uma barreira (Jaeschke. 2004).

O que significa dizer que Hegel é um idealista dialético? Que características têm o conhecer a partir dessa perspectiva? Não há uma teoria do conhecimento explícita em Hegel muito embora ele tenha considerado tal questão. Por que Hegel não elaboraria uma teoria do conhecimento? Como ele não concorda com Kant na afirmação de que o objeto em si não pode ser conhecido, então o conhecimento do objeto é possível e até necessário, mas derivaria daí uma teoria do conhecimento viável e aceitável? (Westphal. 2003).

Várias pistas são oferecidas por Hegel em seus textos “Ciência da Lógica” e “Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome” em especial na seção dedicada à temática da ‘vida’. Certamente não é sem intenção que o conhecer seja tratado por Hegel juntamente com a exploração do conceito de vida.

A Idéia do Conhecer

A compreensão de conhecimento em Hegel evolui desde a concentração sob o aspecto formal, isto é, da investigação da coerência interna do conhecer para a possibilidade de se considerar o conteúdo do próprio conhecer. Portanto, indagar sobre a possibilidade do conhecer exige uma compreensão prévia do próprio conhecer. Nas palavras de Hegel,

“Segundo uma representação natural, a filosofia, antes de abordar a coisa mesma – ou seja, o conhecimento efetivo do que é, em verdade, - necessita primeiro pôr-se de acordo sobre o conhecer, o qual se considera ou um instrumento com que se domina o absoluto, ou um meio através do qual o absoluto é contemplado.”(Hegel. 2005, p. 71)

É digno de nota mencionar que Hegel considera a temática do conhecimento na seção da “Ciência da Lógica” dedicada à vida que é, segundo Hegel, “a idéia imediata”.(Hegel. 1968) O conhecer não brota do isolamento da existência efetiva, pois tem como sua garantia e seu interesse o que é experimentado e vivido. Mas, a vida se manifesta, segundo Hegel, primeiramente, de forma necessária, na atividade natural na qual a determinação ainda não reina de modo soberano. É do afastamento aproximativo que a vida passa a se efetivar, pois em Hegel ela é reconhecida e assumida como espaço da existência. A idéia do conhecer é o conhecer da idéia porque a idéia é a elevação da vida à sua realidade plena. No entanto, não é sem a saída do nível do natural ou da indeterminação que a idéia é alcançada. Daí, o viver não existe na generalidade, mas como Hegel o afirma,

“La Idea de la vida en si inmediateción es sólo el alma creadora universal. A causa de esta inmediateción, la primera relación negativa de la idea en sí misma es autodeterminación de ella como concepto; es el poner en sí, que, sólo como retorno a sí es ser-por-sí, es el presuponer creador.”(Hegel. 1968, p. 674).

Tal afastamento ou saída do nível natural não é o abandono nem o deixar para trás o natural, mas é o trazê-lo consigo para a consciência (Bonsiepen. 2004). Na idéia, o conhecer

um sujeito e objeto, pois o sujeito ao conhecer o objeto o determina e é determinado por ele. O reconhecimento do objeto é o reconhecimento do sujeito. O objeto (das Objekt) é uma realidade em si que o sujeito (das Subjekt) traduz para si. Aqui o objeto (Objekt) passa a ser objeto (Gegenstand) da ação do sujeito. A determinação do objeto como ‘Gegenstand’ (objeto de intenção do sujeito) desvela a também determinação do sujeito. Pode-se dizer que, em Hegel, um sujeito conhecedor é um sujeito que não somente conhece, mas que conhece algo. O próprio autoconhecimento é o conhecimento de algo ou de um dado objeto que objetiva o sujeito. Portanto, conhecer é relação entre a interioridade e a exterioridade. Dai, afirma Hegel que, “(...) *el concepto se produce por su impulso de manera tal, que el producto cuya esencia es el concepto es él mismo el productor, de manera que es producto sólo como exterioridad, puesta, igualmente de modo negativo, o sea como el proceso del producir.*” (Hegel. 1968, p. 676)³.

Uma vez tenha o sujeito determinado o objeto ele se encontra preso a ele, pois não o considerar significa vagar no estágio anterior à determinação, isto é, na indeterminação. Aqui se retorna ao estágio inicial da vida no qual nada pode ser falado, posto que ainda não foi pensado. Por isso, o viver não se resume ao dado, mas exige seu reconhecimento. Desse modo,

“El concepto de la vida o sea la vida universal es la idea inmediata, el concepto, al que es adecuada su objetividad; pero ésta le es adecuada sólo por cuanto él es la unidad negativa de esta exterioridad, es decir, por cuanto se la pone como adecuada. La infinita referencia del concepto a sí mismo constituye, como negatividad, el autodeterminarse, la división de sí mismo en sí como individualidad subjetiva y en sí como universalidad indiferente.” (Hegel. 1968, p. 674)⁴

Contudo, o conhecer se caracteriza pela atividade reflexiva, dialética e especulativa que consiste na exposição do objeto em dois momentos: inicialmente o objeto é determinado ou trazido para fora de si e, depois é levado à unidade do conceito (Burbidge. 1993). Hegel situa a questão do conhecer na seção dedicada à vida porque o conhecer precisa se expressar no que é experimentado. Além disso, o conhecer não se restringe à experiência, mas se completa na vontade (Taylor. 1977). O sujeito hegeliano não é um mero expectador ou receptor nem avalista do que aí já estaria. O sujeito hegeliano é um sujeito que quer conhecer e quer conhecer algo determinado. Seu agir é sempre um agir interessado. Dai, o conhecer, insiste Hegel, é a relação sujeito-objeto.

³ “(...) o conceito se produz por seu impulso de tal maneira que o produto, cuja essência é o conceito, é ele mesmo o produtor, de modo que é produto somente como exterioridade, posta, igualmente de modo negativo, isto é, como o processo do produzir.”

⁴ “O conceito da vida, isto é, a vida universal é a idéia imediata, o conceito, ao que é adequada sua objetividade; porém esta lhe é adequada somente enquanto ele é a unidade desta exterioridade, ou seja, enquanto a põe como adequada. A infinita referência do conceito a si mesmo constitui, como negatividade, o autodeterminar-se, a divisão de si mesmo em si como individualidade subjetiva e em si como universalidade indiferente.”

“É um erro imaginar que os objetos que formam o conteúdo de nossas idéias venham por primeiro e que nossa atividade subjetiva então supervisiona, e que pela nossa operação de abstração acima mencionada, e pela coligação de pontos possuídos em comum pelos objetos, constrói os conceitos dos mesmos. Pelo contrário, o conceito é o genuinamente primeiro; e as coisas são o que são pela ação do conceito, imanente nelas, e revelador nelas de si mesmo.”(Hegel. 1999, p. § 163)

O conhecer se realiza precisamente no reconhecimento da interioridade e da exterioridade e na efetivação de uma na outra e pela outra. O que é interior deve exteriorizar-se, assim como a vida, real em si, mas somente efetivada em sua determinação exterior. Portanto, não se trata apenas de determinar o conhecer segundo suas prerrogativas, mas de identificá-las no mundo. O que é pensado não é somente levado ao racional, mas é elevado ao racional porque é pensável. O mundo não é compreendido racionalmente, mas é compreendido porque também participa da racionalidade. Dessa forma, o sujeito hegeliano não se perde no seu objeto e este não é simplesmente extensão daquele.

Para Hegel, esta é a própria atividade do conceito que se efetiva pela sua exposição e pelo reconhecimento da mesma. O conceito não se realiza senão em si mesmo, mas para isso ele assume suas contradições e inclusive o que não parece se associar a ele. Como o percurso do conceito é a saída de si para a si chegar, ele não se realiza senão retornando a si mesmo. Esse outro de si mesmo já se encontra presente no conceito em si, mas somente se efetiva na saída de si. É pelo processo de exposição que o conceito conhece e reconhece sua posição e suas possibilidades. O conceito é a base de toda determinação e multiplicidade na finitude. O acaso aqui não é senão o que resulta de determinadas escolhas e opções que somente se efetivam porque resultam do que foi escolhido e optado.

“Se a afirmação, sempre citada como testemunho do racionalismo impenitente, segundo o qual ‘o que é racional é real e o que é real é racional’(Hegel.1970) tem sentido, é, em primeiro lugar, porque é tanto a racionalidade como a “realidade” aqui evocadas recebem em Hegel um sentido novo, um sentido dialético. Isto quer dizer que, se podemos reduzi-las uma à outra, é porque ambas devem integrar “a potência do negativo” ou ainda a mediação. A verdade é, portanto, essa compreensão mesma do real como ele é, e não uma hipotética adequação a ser obtida entre dois termos extrínsecos. A unidade do racional e do real é tal que ela nos elucida seu outro.”(Lardie. 1994, p. 71)

Visto que a “Ciência da Lógica” de Hegel é a afirmação do conceito como saber absoluto, então a idéia do conhecer não pode ser outra coisa que o esforço de unir o sujeito ao objeto e, para tanto, a exposição do objeto precisa ser despida de toda exterioridade que possa implicar em distanciamento entre sujeito e objeto. Assim o objeto tem seu ser confirmado no ser do sujeito e com o sujeito. É necessário cautela para não desembocar no subjetivismo exacerbado o que pode ser evitado ao se entender que, em Hegel, o saber absoluto não pára

na figura do sujeito, mas somente se completa de fato no conceito. Para chegar ao conceito, superando a exterioridade do objeto, o sujeito necessita ultrapassar os momentos da definição, da divisão e do procedimento analítico e sintético. A definição e a divisão possuem a mesma estrutura argumentativa. A definição é *“O objeto, trazido primeiramente do conhecer para a forma do conceito determinado em geral, de modo que assim se põe o seu gênero e a sua universal determinidade.”* (Hegel. 1998, § 229)

A divisão é o primeiro momento do conhecer sintético. Pela divisão o objeto é individualizado, delimitado, marcado e caracterizado. O que lhe é predominante é realçado e posto como sua singularidade. A multiplicidade que constitui o objeto é momentaneamente abandonada para que o objeto seja determinado. A definição permite que o objeto se apresente em sua individualidade como um independente, mas, na verdade, o objeto somente pode ser adequadamente definido quando posto em relação com as inúmeras determinações que o constituem.

Isso ainda indica que o objeto não deixa de ser uma constituição subjetiva que escolhe segundo o que lhe seja interessante, adequado e pertinente. De certa forma, a definição operada pelo sujeito submete o objeto ao fim, à finalidade do objeto. Somente na medida em que o objeto realiza o ‘seu’ fim, é que ele se confirma enquanto o que é, mas, os aspectos que não contribuem para a finalidade prevista passam a ser desconsiderados. Assim a riqueza do objeto é reduzida à unicidade. De igual modo, as entidades matemáticas não deixam de ser também resultado do que o sujeito nelas põe. Os postulados e leis daí derivados são construções subjetivas. A dimensionalidade do espaço está nele segundo a elaboração subjetiva. A definição aplicada aos objetos concretos e espirituais envolve maiores dificuldades, pois se trata de expressar conceitualmente a essencialidade do objeto que existe na tríade universalidade-particularidade-individualidade. Essa tríade somente é claramente compreendida quando a existência é considerada, pois o objeto em questão, deve ser assumido coletivamente ou como membro de um grupo. Contudo, a essência não é determinante, pois a variabilidade não é eliminada podendo se manifestar em indivíduos defeituosos. O defeito não nega a natureza do objeto, posto que este continua sendo, por exemplo, uma planta ou um animal apesar de seu estado defeituoso. Um indivíduo, assim caracterizado, não nega nem sua espécie, nem seu gênero, mas ao mesmo tempo não pode ser a expressão da coletividade à qual pertence. Tanto o defeito quanto o não-defeito afirmam o processo do qual resultam. A

definição toma o objeto como um imediato na medida em que se atém ao que predomina como marca essencial. O imediato não indica ser resultado, mas ter sempre estado aí.

“(...) la inmediación, en general, surge solo de la mediación: por consiguiente debe traspasar a ésta. O también, la determinación de contenido que la definición con tiene, por el hecho de que es una determinación, no es sólo un inmediato, sino algo mediado por su otro; la definición puede, por ende, comprender su objeto sólo por medio de la determinación opuesta; y, por consiguiente, tiene que traspasar a la división.” (Hegel. 1968, p. 704)⁵

A divisão, por sua vez, tendo um universal, opera sua particularização. A definição poda a multiplicidade, enquanto a divisão a recupera como absoluta.

O universal pede sua particularização para se efetivar. A particularização mostra as diferenças constitutivas do universal. O universal determinado no particular é remetido ao que o supera, ou seja, o universal em sua totalidade. No entanto, como o particular constitui também um dado delimitado e demarcado, a universalidade aqui é tomada pela imediatez aparente do particular. Dessa forma, qualquer objeto é elevado à categoria de objeto de uma dada ciência. Entretanto, objeto num tal contexto não é senão uma abstração que alude ao conceito, mas que ainda não o representa em sua amplitude.

Para Hegel, tanto a definição quanto a divisão partem do pressuposto de que o objeto pode e deve ser limitado. Dessa perspectiva o objeto somente pode ser compreendido pela dissociação, isto é, pela ênfase em sua singularidade ou do que lhe seria exclusivo.

De igual modo, os procedimentos analítico e sintético se caracterizam pela abordagem limitada do objeto porque o tomam como dado.

O conhecer analítico parte de um conceito pré-estabelecido que separa a essência e a contingência do objeto. Essência e contingência não se coadunam e devem ser postas a à parte para que o objeto apareça em sua verdade. O procedimento analítico parte do conhecido ou do que é posto como conhecido e desemboca no desconhecido, pois toda e qualquer consequência derivada da perspectiva ou referência adotada, precisa retroceder, ao ponto de partida, para confirmar ou não seu status, por exemplo, de verdade ou não. O conhecer sintético, por sua vez, percorre o caminho inverso da análise, isto é, indo do conhecido ao desconhecido, reconhecendo a diversidade da constituição do objeto, mas não tomando a diversidade de elementos ou manifestações do objeto relacionadas entre si. Daí, a afirmação de que um procedimento aglutinador seja estabelecido.

⁵ “(...) a imediação, em geral, surge somente da mediação: por conseguinte deve transpassar esta. De igual modo, a determinação do conteúdo que a definição contém, pelo fato de que é uma determinação, não é somente um imediato, senão algo mediado por seu outro, a definição pode, portanto, compreender seu objetivamente por meio da determinação oposta, e, por conseguinte, tem que transpassar a divisão.”

Definição, divisão, conhecer analítico e sintético exprimem, segundo Hegel, a precisão da demonstração geométrica do objeto e que intenta alcançar o todo pela consideração das partes. *“Mas o jogo do chamado construir está muito longe de representar a unidade, que é só o conceito como tal; e tão –pouco o sensível concreto da intuição é um concreto da razão e da idéia.”* (Hegel. 1998, § 231)

O objeto em si não é ainda alcançado. Por isso, aqui o objeto é construído e precisa ser demonstrado. O sujeito esforça-se aqui por reduzir o objeto o máximo possível a si. Para tanto, o sujeito se concentra no como ele pode obter tal redução. Por conseguinte, o aspecto formal obtém primazia e a atividade intelectual torna-se a ferramenta do sujeito. Na medida em que o objeto não é assumido em si, mas somente enquanto resultado da atividade do sujeito, o limite da exterioridade permanece intransponível e o objeto não vai além de um absoluto totalmente outro para o sujeito. Isso também significa que o sujeito padece, ele mesmo, da dificuldade de acessibilidade a si próprio, pois ele não consegue ultrapassar sua percepção do que o cerca. A exterioridade se apresenta como uma ameaça e como o reino do incerto e do incontrolável. Para tanto, a construção e a demonstração desempenham aqui papel determinante evidenciando a finitude do conhecimento sintético. A construção, porém não vai além de uma operação formal que consiste em descrever uma dada organização e o conhecer não é senão demonstrar a necessária relação entre as partes divididas do objeto. A demonstração realiza em ato o que já se encontra pressuposto na construção. Nem a construção nem a demonstração revelam o objeto propriamente dito, mas ambas expressam um objeto posto e, a partir da exterioridade, determinado.

Mesmo que o sujeito aproxime o objeto de si, este sempre permanece como um estranho do qual o que se pode saber é o que o sujeito sabe dele. Para o sujeito resta o incômodo de estar sempre no estado da incerteza sobre o que do outro ele sabe e, sobre sua capacidade de saber. A superação da exterioridade do objeto e da ‘prisão’ interior do sujeito, segundo Hegel, se dá quando o conhecer é entendido não mais como exposição do objeto, mas como realização da idéia no pensar. Tal realização apresenta a definição de conhecimento para Hegel como uma relação entre dois elementos contrapostos, sendo de um lado a universalidade do conceito e, do outro, a realidade efetiva.

É pela contraposição entre o conceito e a realidade efetiva que o conhecimento se realiza. A contraposição, por um lado, constitui a superioridade do conhecer sobre a vida, pois aí a idéia se caracteriza pela multiplicidade e exterioridade do ser e, de outro lado, constitui o princípio motor do processo cognitivo. De fato, o conhecer é essencialmente atividade de conformação do elemento conceitual-formal e do elemento objetivo-real. *“Por um lado, o*

conceito, por estar vazio deve obter sua determinação e seu preenchimento da realidade efetiva; e, esta, por sua vez, deve obter a sua determinação da determinação independente do conceito.” (Hegel. 1999, § 98.)

Tanto sujeito quanto objeto precisam participar da viagem do e para o conhecer. Hegel emprega o termo “erfahren” que remete ao ato de viajar, de ir ao encontro do que possa ser conhecido. A experiência (Erfahrung) é tomada por Hegel como sendo necessária e fundamental para que o sujeito possa conhecer. É pela inserção na realidade que o conceito se efetiva. A inserção somente é possível se se entender que não se trata de uma construção meramente subjetiva, mas que a realidade objetiva é real naquilo que o sujeito dela tem acesso. Além disso, o acesso não é ação isolada do sujeito, mas possibilidade derivada da própria realidade que somente é acessada porque aí está. O sujeito pode conhecer o objeto e o que ele conhece pode não ser a possível totalidade do conhecer, mas é a totalidade possível. O sujeito pode sempre saber e conhecer mais, mas o que ele já sabe e conhece é efetivo e confiável, pois se trata de sua possibilidade e capacidade. A desconfiança em relação ao que é conhecido é levada a cabo por outros sujeitos que confrontam o que eles mesmos tomam como conhecido.

Se, contudo, existe uma verdade a ser encontrada pelo sujeito, então ela deveria ser procurada na experiência objetiva. Mas, isso ainda significa que sujeito e objeto estariam separados, pois seria o sujeito que ordenaria o que poderia ser apreendido. O conteúdo do objeto permaneceria enclausurado nele, pois o sujeito não chegaria ao mesmo. O sujeito elevaria o objeto à universalidade a partir de sua particularidade o que caracterizaria um procedimento formal. É com a idéia do bem que Hegel pretende superar essa unilateralidade.

A Idéia do Bem

A idéia do bem, considerada por Hegel o ponto alto do conhecer (Hegel. 1968), aparece também como idéia do agir. De fato, Hegel toma a idéia do bem como um patamar além do conhecer, pois aqui se adentra ao âmbito da efetividade (Wirklichkeit) (Hegel. 1968). O conhecimento e o agir têm em seu fundamento uma mesma estrutura lógica na medida em que se manifestam como atividade de adequação da subjetividade e da realidade efetiva: o conhecimento aparece como adequação do sujeito ao dado objetivo; o agir aparece como conformação do objeto ao dado subjetivo.

Sob a perspectiva do agir, o conhecer puro recebe, em Hegel, um tratamento distinto ao indicar que o processo agora é inverso. “*A idéia subjetiva – como determinado em si e para si, e como conteúdo igual a si mesmo e simples – é o bem. A sua tendência a realizar-se*

tem a relação inversa quanto à idéia do verdadeiro, e vira-se antes para determinar, segundo o seu fim, o mundo que lhe é dado.” (Hegel. 1988, § 233)

No processo de conhecer o objeto determina o pensar e o sujeito deve se esforçar no sentido de exprimir uma forma conceitual adequada da objetividade. Por isso, a vontade não se ausenta no ato de conhecer, mas, pelo contrário, afirma-se presente porque não se conhece tudo se tudo não se quer. O sujeito conhecedor é um sujeito volitivo que empreende um fazer que ele determina e se põe (Arendt. 1992). No querer o sujeito tem a tarefa de efetivar na realidade objetiva a apreensão do que é tido como o bem ou o como agir (die praktische Idee, das Handeln, die Idee des Guten). O bem é a determinação histórica do como agir e do que fazer. Contudo, não se trata nem de uma pré-determinação nem de uma determinação para. O bem é, segundo Hegel, o meio para que a efetivação (Wirklichkeit) do agir pensado ocorra de uma querida, desejada maneira. Sua realização não se dá comodamente, pois nem a natureza nem a realidade existente caracterizam-se como apáticas perante o que é feito. Por isso, o bem não é um mero transplante da consciência subjetiva à objetividade, visto que a objetividade é composta pela multiplicidade de interesses e expectativas. Entre o que se impõe pela necessidade e pelo querer há a diferença do que se efetivará. O agir não pode ser indiscriminado, pois negaria a realidade do mundo e nem pode reduzir-se ao dado por abrir mão de sua autonomia e de sua própria identidade. Trata-se muito mais de saber o que e como fazer do que somente saber que se deve fazer.

A idéia do bem confirma a idéia como a absoluta conformação à realidade efetiva, pois o bem é o que pode ser, posto que deve levar em consideração o que existe enquanto realidade vigente. A adequação do conceito à realidade não é um mero render-se à realidade efetiva, mas a assunção do que é efetivo e que se opera na idéia e pela idéia. Aqui o efetivo já deixou de ser um dado jogado aí. A intenção hegeliana é a superação definitiva do dualismo entre o sujeito e o objeto que se opera na idéia do conhecer e do agir. É da perspectiva do sujeito que o objeto é conhecido e é da perspectiva do objeto que o sujeito reconhece o que conhecer. Direcionar o fazer implica entender que não se pode pretender simplesmente aplicar o que se deseja sobre a realidade, pois ela não se resume somente ao que é, a partir do sujeito pensado, mas também é o que em si existe e, que o sujeito pode e deve esforçar-se por conhecer. Como o fazer não é uma atividade indiscriminada, a consequência, segundo Hegel, é a de que o sujeito não somente reconhece o objeto, mas que principalmente se reconhece no objeto. Este se torna um outro ser do sujeito assim como o próprio sujeito se torna um outro do objeto e, como conclusão, um tem o ser de si no outro. (Giuspoli. 2000).

Conclusão

Uma litografia de Hegel, feita durante seus anos de trabalho na universidade de Berlin, vem acompanhada da assinatura do pensador e de uma epígrafe que traduz sua compreensão de conhecimento. Hegel escreve que “*Nosso conhecimento deve se transformar em reconhecimento. Quem me conhece aqui me reconhecerá.*”⁶ Para Hegel conhecer é reconhecer, isto é, trata-se de uma possibilidade que pode se efetivar. A possibilidade reside na compreensão que Hegel tem de sujeito que deriva de Kant. A partir da perspectiva kantiana entende Hegel que o objeto somente se põe enquanto tal pela mediação do sujeito. No entanto, Hegel ‘supera’ Kant ao afirmar que o sujeito não somente constitui e constrói o objeto, mas também o apreende enquanto tal em si mesmo. Para Kant a objetividade não pode ser atingida pelo sujeito senão como uma aparência. A objetividade não é negada por Kant. Seus escritos póstumos parecem rever ou reposicionar sua análise sobre o objeto, embora tais textos sejam marcados por intensa polêmica entre os intérpretes. Contudo, para Hegel, a objetividade que não se pode alcançar senão como o que aparece, não é efetiva. Afinal, não se trata somente de uma exteriorização pressuposta, mas, de fato, posta. Caso contrário, ter-se-ia um sujeito ensimesmado do qual tudo brota. A ‘superação’ de Kant em Hegel é também a superação de Fichte. O objeto não pode ser mera projeção do sujeito, segundo Hegel. De acordo com os postulados do idealismo absoluto, no qual Hegel é invariavelmente situado, o mundo objetivo resulta da atividade subjetiva. Se o sujeito aí não está não há o que possa ser afirmado nem negado. Não se trata de pretensão exagerada do sujeito, mas da afirmação de que o ser (Das Sein) somente é quando é para. Em si o ser é o nada! Hegel não nega que na ausência do sujeito qualquer existência. O que Hegel nega é que se há algo para o sujeito, então este deve necessariamente reconhecer isso.

Daí, reconhecer é atividade reflexiva pela qual o sujeito toma consciência de si pela consciência que tem do objeto. O sujeito sabe de si ao saber do objeto. Pelo reconhecimento o sujeito re-visita o objeto, pois este não pode ser concebido sem aquele. Ao re-visitar o objeto o sujeito o “conhece” pela primeira vez por meio da distância que aí se estabelece. Desse modo, não basta que o objeto esteja no sujeito, mas é necessário que ele seja para o sujeito. O

⁶ “Unsere Kenntnis soll Erkenntnis werden. Wer mich kennt, wird mir hiererkennen.”

objeto não somente visto a partir do sujeito, mas é visto em si mesmo. Eis a realidade da objetividade que ultrapassa a delimitação da aparência.

Obviamente o objeto não poderá deixar de ser compreendido segundo os parâmetros que o sujeito estabelecerá. Isso significa que para Hegel conhecer não pode deixar de ser um ato da vontade e de uma vontade livre que determina o que quer conhecer. As chamadas posturas subjetivas ou objetivas no ato de conhecer não deixam de ser expressões do que uma vontade livre se impõe. O sujeito não se põe todas as questões possíveis, mas aquelas que são do seu interesse. O texto da “Ciência da Lógica” de Hegel exemplifica em sua construção da primeira para a segunda edição a presença considerável de exemplos da área das ciências chamadas naturais. As ciências humanas não estavam sendo desprezadas, mas cediam espaço ao maior interesse pela natureza.

Assim, o conhecer determinado interessadamente, passa a indicar o que se quer, como se quer e para quem se quer. É a constituição da idéia do bem que passa a atender um agir escolhido e, agora, orientado. O bem não está no princípio da vontade, mas é a vontade que está no princípio do bem. Na raiz do bem está o querer e o querer livre. Aqui o sujeito diz do objeto o que quer. O mundo objetivo é, daí, moldado pelo sujeito.

Não se pode ignorar a presença do conhecer enquanto tema no sistema filosófico hegeliano, mas este não deve ser compreendido como uma exposição estruturada. Hegel não trata tal tema como muitos de seus predecessores ou contemporâneos. Parece interessar-lhe muito mais o processo do conhecer ou mostrar o conhecer como um processo. Um tal processo não é natural, mas histórico, isto é, precisa ser posto e desejado e ninguém mais do que o sujeito cognoscente pode fazê-lo. Não basta ao sujeito poder conhecer. É necessário que conheça de fato e, desse modo, o poder conhecer se efetiva. Talvez seja correto e adequado dizer que ao se procurar uma teoria do conhecimento em Hegel, o que se encontrará nele será uma prática do conhecer, pois o que se conhece embora não seja senão o pensado, é o, necessariamente, efetivado.

Referências

ARENDDT, H. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Trad. Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 1992.

BONSIEPEN, W. Hegels Naturphilosophie. Sebstorganizationstheorie der Natur oder des Geistes? In: Norbert Waszek et al. Hegels enzyklopädisches System der Philosophie. Herausg. von Hans-Christian Lucas, Burkhard Tuschling und Ulrich Vogel. Stuttgart: Frommann Holzboog, 2004.

BURBIDGE, J.W. Hegel's conception of logic. In: Frederick C. Beiser et al. The Cambridge Companion to Hegel. Ed. By Frederick C. Beiser. Cambridge: Cambridge University press, 1993.

Giuspoli, P. Verso la Scienza della Lógica. Trento: Verifiche, 2000.

HARTMANN, N. Hegel e o problema da dialética do real. **Revue de metaphysique et de monde**, jul-set, Paris: A. Colin, 1931.

HEGEL, G.W.F. **Ciência de la Lógica**. Trad. Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Solar S.A./Hachette, S.A., 1969.

HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

HEGEL, G.W.F. **Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften**. Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Werke in 20 Bänden. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999.

HEGEL, G.W.F. Grundlinien der Philosophie des Rechts. Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Werke 7. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEGEL, G.W.F. Wissenschaft der Logik. Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Werke 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JAESCHKE, W. **Direito e Eticidade**. Trad. Draiton Gonzaga de Souza et al. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden e Udo Balduur Moorburger. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

LARDIC, Jean-Marie. A contingência em Hegel. In: HEGEL, G.W.F. **Como o senso comum compreende a filosofia**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

TAYLOR, C. **Hegel**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

WESTPHAL, K. F. **Hegel's Epistemology. A philosophical introduction to the Phenomenology of Spirit.** Indianápolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2003.

IS THERE A THEORY OF KNOWLEDGE IN HEGEL?

Abstract

Although there is no specific treatment of knowledge in Hegel's work, it must be said that Hegel considered this theme in his thought. Hegel answers the question 'what is knowledge?' stressing the result of the established relation between the subject and the object. Yet, there is no novelty here, if Hegel is compared with other approaches. It is singular in Hegel the thesis that the subject and the object are build up both and each one in the other. In this way the subject knows the object himself through the object and the object must the same path follow. Beyond all that, it is worthwhile to mention that in german language there are two words for object, that is, "Objekt" (aim, objective) and "Gegenstand" (things, articles). About 'how to know' Hegel draws the attention towards the dynamic process of identifying and differentiating between the subject and the object. Regarding what to know for", Hegel indicates that the idea of good, for what is done, always obeys what is desired. In his "Science of Logic" Hegel dedicates a special section to life because it is here the very place of knowledge that is a real activity wanted by a determined subject that poses it and through which it poses itself.

Keywords: freedom, destiny, indetermination